







FALA SECRETÁRIA Devido à multiplicidade de modelos

de gestão e diversidade de vínculos de trabalhadoras(es), é necessário que haja um olhar diferenciado do Ministério da Saúde em relação a essas(es) profissionais. Assim poderemos contribuir de forma eficaz para implementação do Piso da Enfermagem através do repasse da Assistência Financeira Complementar (AFC) da União.

Desde o repasse da assistência financeira complementar da

União, iniciada em maio de 2023, o Ministério da Saúde já totalizou: R\$ 292.435.834,03

Levantamento realizado pelo Fundo Nacional de Saúde, segundo dados até o último repasse do mês de fevereiro de 2024.





individualizado.

Explanação sobre o repasse

da AFC na Comissão de

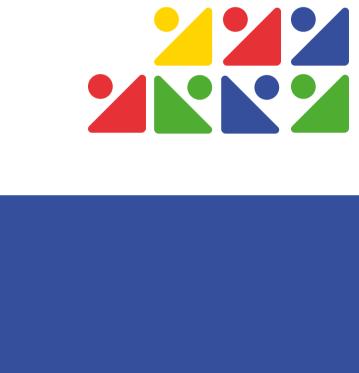
Intergestores Bipartite e

balcão de atendimento









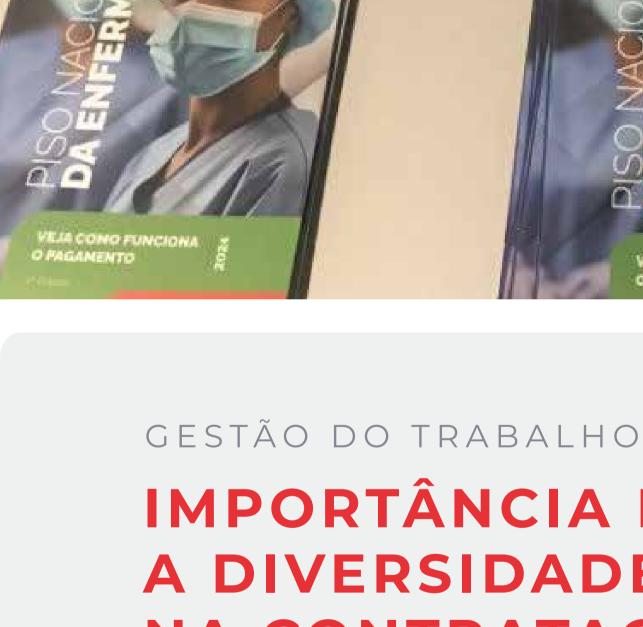


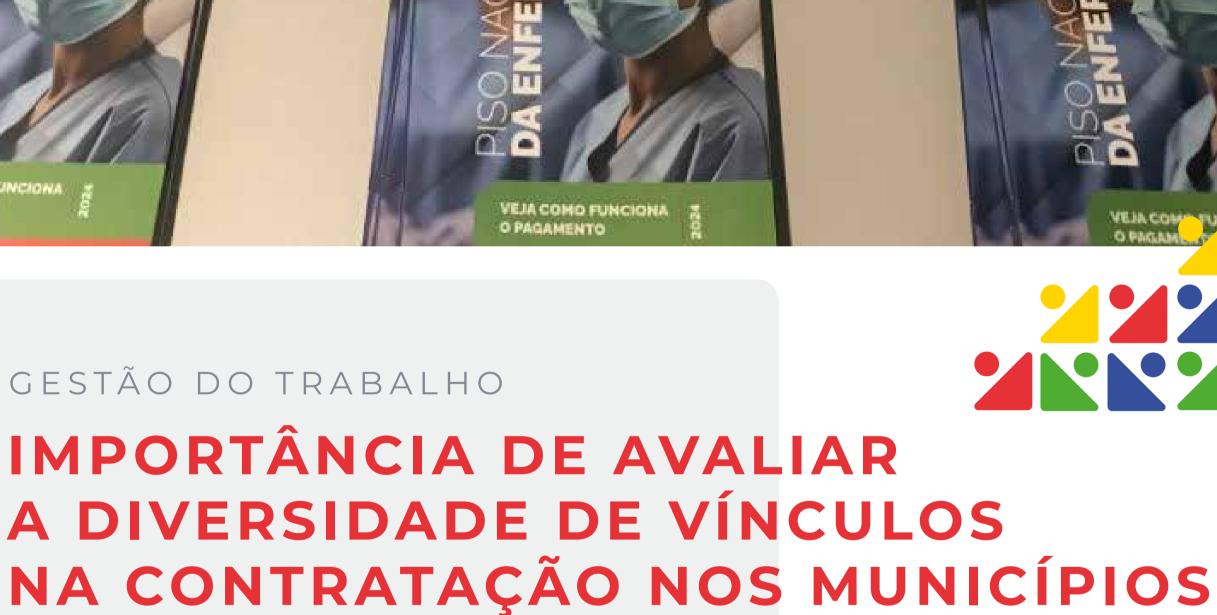
PERGUNTAS

PRINCIPAIS

da União?

dos modelos de gestão e suas implicações no repasse da AFC





É DESTAQUE DA AGENDA



equipes técnicas a oportunidade de discutir a situação de trabalhadoras(es)

relação ao recebimento da AFC da União.

credenciadas(os) em relação ao recebimento da Assistência Financeira Complementar (AFC) da União. As diversas formas de contratação de profissionais da enfermagem existentes no estado de Goiás e, particularmente, a modalidade via credenciamento foram abordadas por representantes dos municípios. Na ocasião, surgiu a preocupação sobre essas(es) trabalhadoras(es) em

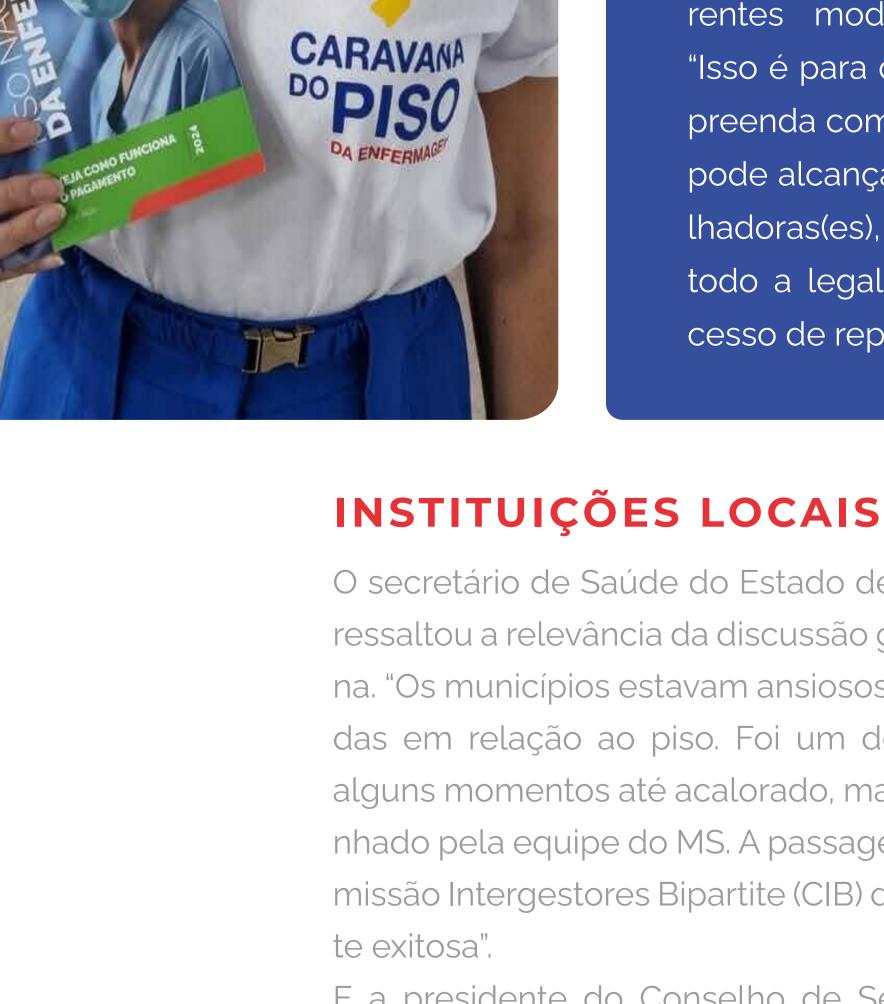
A Caravana do Piso da Enfermagem chegou em Goiânia (GO), nos dias 29

de fevereiro e 1º de março, e propiciou a gestoras(es), profissionais e

de profissionais existentes atualmente no território. "É importante ressaltar que não devemos desconsiderar a legislação vigente para o cumprimento do Piso Nacional da Enfermagem e, consequentemente, o repasse via assistência complementar", afirmou.

Segundo o responsável pela pauta no DEGERTS/SGTES/MS, Fábio Maia a

realidade encontrada em Goiás precisa de atenção, diante do quantitativo



visão mais geral sobre os diferentes modelos de gestão. "Isso é para que a gente compreenda como a AFC da União pode alcançar essas(es) trabalhadoras(es), considerando todo a legalidade que o processo de repasse pressupõe." O secretário de Saúde do Estado de Goiás, Rasível dos Reis, ressaltou a relevância da discussão gerada durante a Carava-

O diretor do Departamento de

Gestão e Regulação do Traba-

lho em Saúde (DEGERTS/

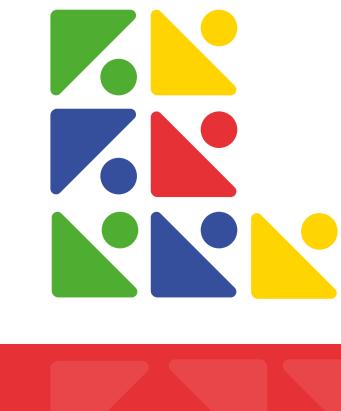
SGTES/MS), Bruno Guimarães,

observou que o MS está inves-

tindo em estudos para ter uma

na. "Os municípios estavam ansiosos para esclarecer as dúvidas em relação ao piso. Foi um debate bastante rico, em alguns momentos até acalorado, mas foi muito bem encaminhado pela equipe do MS. A passagem da Caravana pela Comissão Intergestores Bipartite (CIB) do Goiás foi extremamen-E a presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado de Goiás (Cosems/GO), Patrícia Palmeira, ressaltou que os dois dias da Caravana foram produtivos e

esclarecedores. Para ela, a vinda da SGTES/MS trará resultados positivos na melhoria dos processos de trabalho e na operacionalização do piso nos municípios goianos. "Certamente os desafios e as peculiaridades de cada município são diferentes, mas essa disposição do MS de vir até o território e ouvir gestores fez toda a diferença", comemorou.





COMITIVA SGTES/MS Durante a Caravana, o público presente recebeu o atendimento de técnicas(os) da SGTES/MS, que tiraram dúvidas sobre a AFC da União. Para mais informações, acesse a página da Caravana do Piso da Enfermagem disponível em: www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sgtes/eventos/caravana-do-piso-da-enfermagem



